

ATA DA 072ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 03 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilso José Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Reporta-se ao Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012, que cria a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Parabeniza empresas de Blumenau.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Manifesta-se a respeito das eleições municipais.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta preocupação com a situação dos pequenos produtores.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Aborda a integração do transporte entre Joinville e Araquari.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra a constituição do Fórum Legislativo de Segurança Pública; lê a Carta de Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que faça a distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio, em seu nome quero cumprimentar todos os colegas deputados e deputadas desta sessão.

Queremos, em nome da população do extremo sul de Santa Catarina, nesta manhã deliberar a respeito do Projeto de Lei Complementar 0016/2012, que cria a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina, dispõe sobre sua organização e funcionamento e estabelece outras providências.

Estamos estudando o presente projeto que contempla as regiões de Blumenau, Caçador, Criciúma, Chapecó, Lages, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Mafra, Rio do Sul, São Miguel d'Oeste e Tubarão. Ao todo 13 regiões serão beneficiadas com a criação da Defensoria Pública, através do projeto que está tramitando, nesta Casa, na comissão de Constituição e Justiça.

Ao longo do ano passado, quando debatemos esse projeto, vimos o argumento de que a Defensoria Pública iria substituir a Defensoria Dativa, sendo mais democrática e possibilitando o acesso dos catarinenses à Justiça, principalmente dos catarinenses desassistidos, que é o objetivo desse projeto de lei.

Ao estudarmos esse projeto vimos que, com a criação de apenas 13 regiões, o estado não ficará atendido, principalmente o extremo sul, o vale do Araranguá. Por isso, hoje, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, que acompanhamos, ficou acertada para a próxima terça-feira uma audiência pública a partir das 8h30. E a votação do projeto ficou para o dia 17.

Nós queremos aqui fazer a defesa da criação de um núcleo da Defensoria Dativa para a região do extremo sul de Santa Catarina, mais propriamente para Araranguá. Essa região é composta por 15 municípios: Praia Grande, Passo de Torres, São João do Sul, Santa Rosa, Balneário Gaivota, Ermo, Morro Grande, Turvo, Meleiro, Maracajá, Arroio do Silva, Sombrio e Araranguá.

A região tem mais de 200 mil habitantes e está distante mais de 100km de Criciúma. Se analisarmos que uma pessoa com poucos recursos, de Praia Grande, terá que se deslocar até Criciúma para ser atendida pela Defensoria Pública, concluímos que aí não irá cumprir o que se propõe no seu âmago que é atender à população menos assistida.

Durante o ano passado, debatemos muito quando o estado de Santa Catarina decidiu criar a Defensoria Pública. E decidimos que devemos atender às pessoas em igual condição, independentemente da região em que estejam morando.

Entendemos que a região sul, em especial o sul catarinense, não foi indicado para a composição final dos municípios integrantes dos núcleos regionais pretendidos e que serão gradativamente instalados pela Defensoria Pública em Santa Catarina.

A presente postulação para a inclusão do município de Araranguá como integrante dos núcleos regionais é legítima, meritória e vem ao encontro dos anseios e interesses dos seus cidadãos, que é a consolidação do fortalecimento dos municípios que integram o extremo sul de Santa Catarina e o melhor atendimento para a população que ali mora.

Sobre o fundamento da abrangência do atendimento aos necessitados catarinenses, se

notarmos a geografia do estado barriga-verde, especialmente a região sul, o município de Criciúma e todos os municípios que integram a Amrec estão assistidos, todos os municípios que integram a Amurel também serão assistidos, ficando desprovidos os 15 municípios da região da Amesc, que ora defendemos aqui ao propormos uma emenda aditiva, que pretende acrescentar aos núcleos regionais a cidade de Araranguá, cumprindo aí a filosofia, o objetivo da Defensoria Pública de prestar assistência judiciária gratuita a todo cidadão catarinense.

A nossa região do extremo sul, ao ficar tolhida de ter uma sede, ou seja, de ter a representatividade da futura estrutura da Defensoria na região, os cidadãos do extremo sul catarinense desassistidos, necessitados e com hipossuficiência financeira ficarão distanciados de um atendimento efetivo e gratuito mais próximo, ferindo de morte a função primordial e institucional da Defensoria Pública, que é prestar orientação jurídica e exercer a defesa efetiva dos assistidos com qualidade de atendimento e eficiência em todo o território catarinense.

Por isso fizemos aqui uma emenda aditiva a esse projeto de lei que cria as defensorias públicas e buscamos nesta Casa o apoio de nossos pares pela igualdade de atendimento a todos os cidadãos catarinenses para a criação do 14º núcleo de defensoria pública na cidade de Araranguá, e aí agindo com justiça e cumprindo aquilo que foi fruto do debate para que possamos atender com igualdade a todos os cidadãos catarinenses, principalmente às regiões menos aquinhoadas, dentre as quais incluo aí o vale do Araranguá, como a região do extremo sul.

Fica aqui, sr. presidente, o nosso apelo e o nosso pedido de apoio à nossa emenda para a criação do 14º Núcleo de Defensoria Pública na região de Araranguá, assim, atendendo à nossa população, fazendo justiça e cumprindo, acima de tudo, também aquilo que prevê o projeto de lei que propõe a Defensoria Pública em Santa Catarina. Sem essa criação o projeto fica tolhido da sua

principal finalidade, que é o atendimento universal da justiça a todos os cidadãos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado José Milton Scheffer.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. Deputada, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, um cumprimento muito especial, deputado Padre Pedro Baldissera, aos nossos visitantes do município de São João do Oeste, que se fazem presentes na Assembleia Legislativa. Sejam muito bem-vindos a esta Casa do Povo.

Quero dizer que utilizamos o horário do PT depois de um final de semana agitado não apenas para o PT, mas para todas as agremiações partidárias de nosso estado e país, onde finalizaram no último dia 30 de junho todas as convenções partidárias para concorrer às eleições municipais deste ano.

Fica aqui o meu agradecimento, srs. parlamentares, também ao nosso partido, o PT, que homologou o nosso nome para poder representar o partido, o povo de Blumenau, este ano, nas eleições municipais. É uma responsabilidade muito grande, deputada Dirce Heiderscheidt. E nós mulheres quando assumimos compromissos feitos com coragem, determinação, estamos prontas para sermos a voz do povo, para defender a nossa gente, prontas para fazer as mudanças que a cidade quer e sonha. Mas a minha vinda, no dia de hoje, à tribuna é para falar sobre um assunto e dar parabéns para empresas de nossa cidade, Blumenau. Quero dizer que o valor social do trabalho e a dignidade humana são os pilares estruturantes constitucionalmente das nossas garantias sociais, como o direito à vida, à saúde, à segurança, à

previdência social. E isso tudo se faz através do trabalho.

Desde os primórdios de nossa sociedade o exercício profissional é enobrecedor e capaz de proporcionar dignidade a homens e mulheres. Com o intuito de formalizar o empreendedorismo individual, conhecido popularmente como autônomo, é que o governo federal em parceria com o Sebrae realiza a 4ª Semana do Empreendedor Individual. As ações estão sendo desenvolvidos em 31 municípios catarinenses e são, realmente, de relevância social.

O Sebrae estima que existam 500 mil catarinenses na situação de informalidade, sem que tenham acesso a uma série de benefícios trabalhistas e previdenciários, como aposentadoria e auxílio doença, impossibilitados de emitirem nota fiscal ou abrir conta bancária com CNPJ, acesso a empréstimos e programas de estímulo.

O serviço ofertado pelo Sebrae é gratuito, que além de auxiliar na criação da empresa individual oferece palestras e cursos que capacitam essas pessoas que querem progredir na vida.

Para ser um empreendedor individual é necessário ter um faturamento anual de até 60 mil reais, não ter sócio e no máximo apenas um empregado.

O nosso mandato há muitos anos estimula e incentiva o empreendedorismo individual de nossos catarinenses.

Publicamos, e aqui quem não teve a oportunidade ainda de receber... Como era um assunto novo...

O governo federal entendeu que o nosso país tinha muita gente, milhares e milhões de pessoas, que ainda trabalhava na informalidade, e são mais de 60 categorias profissionais, e instituiu esse programa empreendedor individual oportunizando a essas pessoas a entrarem na formalidade.

É interessante para elas, é uma garantia para o empreendedor individual. E também, através desse novo programa do governo federal, instituímos uma cartilha, na qual há uma série de explicações, de

soluções para tirar dúvidas de como funciona esse programa em nível nacional.

Aqui as pessoas podem tirar a dúvida de quanto custa, por que legalizar a sua situação, por que fazer isso, para então ser empreendedor individual.

Então, essa cartilha tem em nosso gabinete, em Florianópolis e também no de Blumenau, para poder tirar as suas dúvidas. Isso se faz, srs. parlamentares, e aqui, diuturnamente, todos os dias, muitas pessoas vem até nós sanar dúvidas sobre esse problema.

Nós temos, por exemplo, as manicures e pedicures, esses usuários que trabalham com a linha da beleza, que são profissionais autônomos, assim como os vendedores ambulantes, músicos, que querem legalizar a sua situação de uma forma muito simples, muito clara, dando condições a essas pessoas de no futuro poderem ter garantias como o auxílio maternidade, o auxílio doença, uma segurança, se porventura precisarem da Previdência Social.

Então, como estamos falando de empreendedorismo, não poderia me furtar em falar do Instituto Gene, ligado à nossa grandiosa universidade Regional de Blumenau, Furb, que está destacada entre as 18 mais importantes incubadoras e novas empresas do nosso País.

As incubadoras são fundamentais para auxiliar no desenvolvimento de novas e inovadores negócios. E o Instituto Gene é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio da inovação. A sua atuação abrange as áreas de incubação e empreendedorismo, transferência de tecnologia, capacitação e desenvolvimento e também responsabilidade social.

O Instituto Gene possibilita a geração de empresas inovadoras, a consolidação do papel da pesquisa como propulsora da inovação, o aperfeiçoamento e desenvolvimento do profissional e a inclusão por meio da difusão do acesso a novas tecnologias. Essa é a função dessa instituição, dessa sociedade civil sem fins lucrativos, a fim

de proporcionar às pessoas que querem se desenvolver legalizarem sua situação. E é o Instituto Gene que faz esses programas.

Fundada em novembro de 2002, destaca-se nacionalmente e seu trabalho é resultado de mais de dez anos de dedicação e ousadia de um grupo de professores da nossa Universidade Regional de Blumenau, a nossa Furb.

No início foi marcado pelo desenvolvimento de incubadoras da empresa Blumenau-Gene, um projeto de extensão do departamento de sistemas de computação da Furb, apoiado pelo CNPQ, por meio da sociedade Softex, em seu pioneiro projeto Genesis (Geração de novas empresas em Software, informação e serviços).

Com seis anos tendo projetos de sucesso, a incubadora se consolidou dentro da estrutura acadêmica e também no mercado, gerando novas empresas capazes de contribuir para o aumento da competitividade de empresas já estabelecidas por meio de suas tecnologias inovadoras.

Parabenizamos o Instituto Gene pelo destaque nacional nesses dez anos de serviço, prestando serviço à nossa sociedade, na pessoa do presidente do conselho de Administração do Gene em Blumenau, sr. Charles Schwanke.

Muitos projetos desenvolvidos no instituto recebem apoio e recursos do governo federal, através do Finep e de outras instituições que estimulam projetos de pesquisa e geração de tecnologia e inovação. É o empreendedorismo como forma de propiciar cidadania para brasileiros e brasileiras, gerando trabalho, gerando renda, gerando dignidade.

Hoje, percebemos, sra. deputada, srs. parlamentares, público que nos acompanha, que o Brasil é outro, que o Brasil é um novo país, que novos tempos estão acontecendo. O Brasil hoje é destaque, é sentimento de orgulho não somente para brasileiros e brasileiras, mas é destaque em nível internacional. Hoje, somos considerados a sexta economia do mundo e logo, logo passaremos desse patamar para a quinta economia do mundo. E isso para nós é um orgulho, mas também não podemos

esquecer os milhões e milhões de brasileiros que querem entrar na formalidade, que querem também através do empreendedor individual participar desse novo país. E é através da legalização do empreendedor individual que vamos dar dignidade para o nosso povo.

Então, parabéns ao Sebrae, parabéns ao Instituto Gene, da minha cidade, Blumenau, da nossa universidade, a Furb, que foi destaque em nível nacional no trabalho desenvolvido, e parabéns a Charles Schwanke, que é presidente do conselho.

Era isso, sr. presidente ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo horário é destinado ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado José Nei Ascari.

(Pausa)

Não havendo parlamentares do PSD que queiram fazer uso da palavra, o próximo horário é destinado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, da Rádio Alesc Digital, visitantes que prestigiam o Parlamento catarinense na manhã de hoje, vivemos intensamente nos últimos dias um trabalho gigantesco nos municípios, que foram as composições, as convenções, porque estão se aproximando as eleições municipais.

Eu acho que o Brasil precisa rever essa posição de eleições de quatro em quatro anos, porque a sociedade, muito menos os políticos, ninguém aguenta mais essa situação, pois termina uma eleição e em seguida já começa outra campanha para uma próxima eleição. Termina a eleição municipal e logo após já vem a campanha para a eleição seguinte. Ninguém resiste mais isso.

Então, é preciso que o Congresso Nacional pense e repense na reforma político-partidária, na reforma dos poderes, para que tenhamos eleição de quatro em quatro anos alinhados, de vereador a presidente da República.

Acho que o Brasil ganha muito com isso, a sociedade também, porque queiram ou não queiram o custo de uma campanha é muito grande. É um custo muito alto, é astronômico e quem acaba pagando isso? A sociedade, deputado Eliseu Matos. A sociedade é que paga a eleição de dois em dois anos. Quer dizer, não dá tempo de a pessoa respirar. Então, a pessoa não está respirando, está participando da outra eleição e aí é uma constante.

Então, é preciso, sim, que o Congresso Nacional pense e repense na posição do alinhamento das eleições. Mas não querem fazer isso porque os prefeitos não podem prorrogar. Mas desse modo não vai sair nunca!

Por isso é necessário que sejam tomadas medidas nesse sentido, para que o Brasil tenha uma definição e um quadro mais leve, mais sereno, mais tranquilo, que seriam as eleições de quatro em quatro anos.

Nós esperamos que o Congresso pensasse e repensasse nessa reforma político-partidária e nessa reforma de poderes que têm de ser feitas, para que tenhamos um país mais preparado para as grandes missões e os grandes embates.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu ouço v.exa., com todo o prazer, deputado Elizeu Mattos. Já soube até que a sua convenção foi muito bonita, muito prestigiada. Pelo seu sorriso, dá para ver que está preparado para a grande missão do dia 7 de outubro de 2012.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Manoel Mota, a nossa convenção lá foi diferente: sem ônibus e sem fichinha de ônibus. O pessoal foi das 14h até as 20h. Foi uma grande convenção que mexeu Lages no último dia 23.

Mas sobre o assunto debatido e falado por v.exa., que são as eleições, deputado Manoel Mota, quero dizer que também comungo da mesma ideia, ou seja, de que o espaço de uma eleição para outra não deveria ser de dois em dois anos, porque nem bem passa uma eleição o Brasil já tem que discutir a outra eleição. E o que temos que discutir após uma eleição? Os problemas da nação, dos municípios, dos estados, do povo e não vivermos a vida toda discutindo eleição.

Há algumas pessoas que falam que as eleições não podem ser gerais, porque as pessoas não vão saber votar. Mas se elas não sabem votar, não saberão escolher o seu representante. Acho que podemos ter eleição para presidente da República, para senador, para governador, para prefeito, para vereador, para deputado federal e estadual, enfim, numa única eleição. Mas por que de dois em dois anos uma eleição? E alguns ainda usam esse discurso, deputado Manoel Mota, para dizer que o deputado está renunciando o mandato para ser prefeito, só que esquece que as eleições não são conjuntas, são separadas.

Mas quero dizer a v.exa. que comungo da mesma ideia. Acho que na reforma político-partidária devemos ter eleições gerais de quatro em quatro anos e não de dois em dois anos. Além de serem caras, além de serem campanhas que têm um custo caro, não iremos discutir outra coisa a não ser eleição. E temos também que começar a discutir fortemente as questões do nosso povo e os problemas do nosso país, da nossa nação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa. a sua contribuição, incorporando-a ao meu pronunciamento, refletindo e analisando sobre o que estamos vivendo no Brasil, que é a eleição de dois em dois anos.

A Assembleia Legislativa, o governo do estado recebe o apoio amplo de vários partidos. Então, isso traz problemas de toda a ordem, porque não conseguimos alinhar os partidos no município. Isso é muito difícil. E aí vêm os problemas de toda a ordem. Termina uma convenção com as pessoas chateadas porque acaba não acontecendo aquilo que

se combina etc. Mas essa é a vida política, isso faz parte e quem não quiser ter esses problemas não deve, evidentemente, participar da vida política.

Mas no Brasil somos assim, participamos efetivamente da vida política e por isso temos que estar preparados para esses problemas, esses transtornos e essa correria de mudar aqui, mudar ali, jogar para cá, porque não são poucos partidos. São tantos partidos que se dissermos os nomes de todos não vai terminar nunca. Mas acho que nenhum parlamentar vai dizer os nomes de todos os partidos que existem no Brasil. Eu não acredito que algum partido venha aqui sem papel na mão para dizer quantos partidos há no Brasil. Mas é criado a cada instante um partido novo.

Isso não reflete um pensamento, uma ideologia política, porque se tivéssemos uma ideologia política, seriam necessários somente cinco partidos: partidos de centro, centro-esquerda-esquerda, centro-direita e direita, ou seja, não vai mais haver espaço daqui para frente. Quer dizer, torna-se difícil achar o caminho ideal que a sociedade espera de um político.

Por que o povo elege um político? Na esperança de dias melhores, para obter resultados. E quando um político não consegue alcançar resultados é mais um que se perde pelo caminho. A vida continua! A sociedade cobra e deve cobrar firmemente o trabalho de um parlamentar, de um prefeito, vereador, dos políticos em geral, porque é preciso obter resultados.

Santa Catarina pode ser considerado, em meio a essa turbulência da economia mundial, um estado com suas finanças equilibradas. Isso é fruto de um grande trabalho realizado pelos governos que passaram recentemente, pois fizeram investimentos para que o estado recebesse um grande número de empresas, gerando aumento na nossa arrecadação, aumento de empregos, de renda e melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Por isso, não estamos vendo em momento nenhum no nosso estado aquela avalanche de pessoas do interior, de municípios menores, que venham para

os centros maiores atrás de emprego. Isso faz com que diminua o número de favelas nos municípios maiores e haja um equilíbrio nos municípios menores que conseguem manter a sua própria estrutura.

Então, Santa Catarina vive nesses últimos anos essa agregação populacional, pois a descentralização fez com que o nosso estado crescesse como um todo. E hoje não vemos as pessoas dos pequenos municípios indo para Joinville ou vindo para Florianópolis, enfim, para os maiores centros, atrás de emprego, porque houve um crescimento equilibrado.

Nosso estado, nos últimos três governos teve mais de R\$ 17 bilhões de investimentos de empresas que se instalaram aqui, que agora geram emprego, renda e qualidade de vida por toda Santa Catarina.

Tive a honra de levar para Araranguá as empresas CTA, que gera 1.500 empregos diretos ou indiretos; a Philips Morris, mil empregos; a Alliance, 2 mil empregos; a Tramonto, que iniciou com 700 empregos no morro Grande e hoje gera 2 mil empregos, agregando pessoas do município de Forquilha, de Meleiro, de Timbé, de Arroio do Silva, enfim, pessoas de vários balneários vão trabalhar nesta empresa. Então, quando há um equilíbrio de empregos as pessoas não precisam se deslocar para centros maiores. E com isso as pessoas se mantêm em sua comunidade.

Precisamos continuar trabalhando neste sentido para seguir crescendo. Nosso estado que é super equilibrado, terá uma perda no ICMS, com aquela Resolução n. 070, da presidente da República Dilma Rousseff. Vai perder alguma coisa, sim, mas já temos uma contrapartida para buscar o equilíbrio para que o estado não tenha prejuízos.

Precisamos buscar o equilíbrio para que o estado de Santa Catarina continue crescendo e se desenvolvendo, não podemos misturar as composições, temos que ter a grandeza de continuar dando sustentação ao governo porque de outra forma teremos dificuldades incríveis.

Devemos transmitir tranquilidade aos nossos governantes para que eles consigam trabalhar e

resolver os problemas que se apresentam, como por exemplo, esse lamentável episódio envolvendo a suinocultura no estado.

O Parlamento Catarinense precisa olhar de frente essas questões para que os setores de Santa Catarina, como a agricultura e a pecuária, sejam bem atendidos e para que o homem continue no campo produzindo a riqueza deste país.

O problema envolvendo a suinocultura no estado é muito delicado, pois os criadores já estão há um ano trabalhando no prejuízo. O governo do estado de Santa Catarina já tomou medidas que vão melhorar essa situação, mas estamos esperando que o governo federal também faça a sua parte para que o nosso estado continue produzindo e gerando riqueza para o Brasil.

Penso que este é um momento muito importante, delicado e não podemos misturar as questões envolvendo os municípios dentro desta Casa para não gerarmos dificuldades aos governantes do nosso estado. Precisamos superar as dificuldades e fazer com que Santa Catarina continue progredindo a passos largos porque é tudo que a sociedade espera. Temos que ter a grandeza de estar prontos para essas grandes missões.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até doze minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que acompanham os nossos trabalhos através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Gostaria de falar sobre essa angústia vivida por muitos catarinenses, especialmente os pequenos e os médios produtores, não apenas de suínos, deputado Manoel Mota, pois a maioria dos pequenos produtores, como, por exemplo, de milho e arroz, os criadores de frango e demais setores, estão trabalhando no prejuízo, porque o custo da

produção está sendo maior do que a receita. Está ocorrendo uma forma de escravidão, porque o pequeno produtor é obrigado a vender aquilo que produziu, mesmo no prejuízo, para que a situação não piore.

E quando se trata de animais, aves e suínos, a questão fica pior. Porque quando é a questão do arroz, o agricultor vende com prejuízo, mas ainda tem uma esperança e guarda um pouco para mais adiante, quem sabe, conseguir vendê-lo por um preço melhor. Daí sobra a esse agricultor a esperança de que lá adiante o preço ficará melhor.

Aquele agricultor que produz maçã vende o seu produto com um lucro muito pequeno. Mas um pouco da maçã é guardada na câmara fria, pois ele tem a esperança de que mais adiante conseguirá vendê-la por um preço melhor. E mais adiante ele não consegue vendê-la também, da mesma forma que acontece com os produtores da cebola que, na hora em que colhem, são obrigados a vender a sua maior parte da produção com um lucro muito pequeno, insignificante ou até com certo prejuízo, para ter que pagar o principal sócio, o sócio que não tem prejuízo, que é o banco. Este tem um grande lucro. Como eu já disse aqui em outra ocasião, mais de R\$ 194 bilhões foram os juros que os brasileiros, de diversas maneiras, pagaram. E muitos desses que pagaram esses juros são justamente esses produtores rurais.

Então, o *Diário Catarinense* de hoje traz a angústia de muitas famílias catarinenses, que sofrem ao serem obrigadas a vender o produto, mesmo com um prejuízo alto, porque é matéria viva, é o porco, é o frango. E quanto mais tempo ficarem com esses animais, mais prejuízos terão, pois eles vão consumir ração, mas o preço do seu produto não vai aumentar.

E por que acontece isso? Por várias razões. Uma é o preço do milho. Nós sabemos que o milho que Santa Catarina produz é insuficiente para a fabricação de ração que se consome no oeste de Santa Catarina e em várias regiões. E dez municípios do sul e do extremo oeste decretaram estado de emergência social: Braço do Norte,

Seara, Xavantina, Grão Pará, Arroio Trinta, São Ludgero, Salto Veloso, Lindóia do Sul, Orleans. Mas todos os municípios onde existe a produção de suínos estão tendo esse prejuízo, justamente porque o preço da ração é alto. O milho que é utilizado na produção da ração vem do centro oeste do Brasil, e o custo do transporte é muito alto para se conseguir fazer uma ração a preço competitivo e depois poder vender o suíno num preço bom. Enquanto não diminuirmos o custo do transporte do suíno até o porto e do milho até onde existe a produção de suínos, seguramente continuaremos com essa crise, uma crise parecida com aquela em que se decretou estado de emergência.

Em 2002, por exemplo, o custo de produção do suíno vivo era de R\$ 1,40 o quilo, mas o agricultor era obrigado a vendê-lo a R\$ 1,20. E quanto mais suínos ele tinha, maior era o prejuízo. Ele recebia R\$ 0,28 por quilo produzido. E quanto mais produzisse, maior era o prejuízo. Ele tinha um prejuízo de 20%.

Agora, o custo de produção médio é de R\$ 2,45 o quilo, e é obrigado a vender por R\$ 2,13 o quilo, tendo um prejuízo de R\$ 0,32, o que corresponde a 13%, 14% de prejuízo em cada quilo produzido.

Ele é obrigado a vender aquele produto mesmo com prejuízo, porque se o mantém ele vai gastando com ração a cada dia que passa. À medida que o porco vai ganhando peso, ele vai ganhando R\$ 0,28, R\$ 0,40 R\$ 0,50 de prejuízo em cima de cada quilo.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não, deputado Daniel Tozzo, v.exa., por estar próximo à região onde está a maior produção de suínos e o maior consumo de ração, tem melhor conhecimento do que eu.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Obrigado, deputado Serafim Venzon, modéstia à parte, v.exa. também é um grande conhecedor do assunto, e sempre estou prestando atenção em seus pronunciamentos.

Realmente é preocupante. Aqui em Santa Catarina, fomos produtores de grãos no passado, e isso atraiu os frigoríficos. Agora, estamos realmente com um grande problema no custo da ração, do milho, que chegam aqui muito caro.

A solução é trazer a ferrovia de Mato Grosso para cá, do oeste de Santa Catarina para o Porto. Em que velocidade isso vai acontecer? Eu tenho conversado com alguns proprietários de frigoríficos, alguns administradores de frigoríficos. Entende-se que a iniciativa privada tem mais velocidade do que o setor público.

Acontece que as empresas daqui estão com grandes projetos. Algumas já com grande produção, instalando-se na região de produção de grãos. Porque aí o transporte de grão para fabricar ração para os animais que estão próximos às indústrias já não existe mais. A ferrovia vai trazer o milho para cá, mas os frigoríficos querem ir onde está o milho.

Então, o governo tem que tomar iniciativas. E a Bancada Federal está trabalhando muito forte na questão ferroviária. Realmente temos que parabenizá-los, pois é uma alternativa. Mas temos que pressionar. E é um pedido dos deputados federais pressionarmos o governo para colocar velocidade nessa obra, nesse projeto. E a velocidade da iniciativa privada para tirar o frigorífico de Santa Catarina e levar para o Mato Grosso também é grande, porque ninguém quer ficar sustentando tanto tempo o prejuízo.

Então, temos que atrair o investidor a permanecer aqui. O governo tem papel fundamental na infraestrutura; por isso parabenizo sua colocação e somos parceiros nessa luta, sim, deputado Serafim Venzon.

Muito obrigado, pelo aparte!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado, deputado Daniel Tozzo, v.exa., como já disse anteriormente, é conhecedor do assunto.

Santa Catarina tem o maior capital. As pessoas são dedicadas. E a nossa economia em cima das pequenas e médias propriedades é um modelo de distribuição de renda, de pulverização de renda.

Esse modelo traz o equilíbrio social, aliás, somos o exemplo em nível de Brasil. Mas vejo esse modelo quebrando, se ficarmos refém do sistema burocrático longo, em que para fazer ou melhorar uma rodovia, muitas vezes, se discute sete anos, oito anos.

Eu era deputado federal e parecia que estava vendo a rodovia SC-470 começara sua duplicação. Já se passaram oito anos, dez anos, e nada aconteceu. Imagino essa ferrovia norte/sul chegando do centro oeste até o oeste de Santa Catarina, do extremo oeste de Chapecó até o porto de Itajaí, de Navegantes aos nossos portos. Imagino também a ferrovia litorânea fazendo a interligação dos portos para facilitar, diminuir os transportes, seja da matéria-prima, seja do produto acabado. Isso tudo vai gerar competitividade aos nossos produtores, vai manter esse equilíbrio social, esse destaque que Santa Catarina é. Mas vejo esmorecer, se permaneceremos refém da burocracia que se alonga. E a iniciativa privada facilmente desloca-se, como v.exa. mesmo disse, podendo trazer um grande problema social.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, companheiros da imprensa, quero trazer um assunto sobre a integração do transporte entre Joinville e Araquari.

Araquari já está emendada, já está conurbada com Joinville. Lá a zona sul já emendou. Nós tivemos, por exemplo, em Joinville, a região do Estevão de Matos, Ana Júlia, toda aquela região ali que antes era Araquari e a questão de cinco, seis anos atrás foi passado para Joinville, porque o centro administrativo de Araquari não tinha condição de chegar lá para resolver os problemas.

E essa área foi integrada ao município de Joinville. Mas aí o crescimento começou lá pela região de São José do Itinga e emendou. Até quase não tem mais o espaço, a não ser ali na região da BR-280; na região onde tem Darocá Promoções até a ponte ainda tem espaços vazios, mas o restante é tudo conurbado, é tudo junto.

O desenvolvimento em Araquari está crescendo, o que temos de indústrias se instalando lá é muita coisa. Todos querem se instalar lá; até a BMW quer vir para o Brasil se instalar lá. Tivemos várias empresas da China, empresas Coreanas, empresas brasileiras que se instalaram naquela região, exigindo que o município começasse a oferecer um sistema de transporte público.

Nós temos um problema, porque temos em Joinville a empresa de ônibus que cuida da zona sul, a Gidion, mas quando vai para Araquari já é da empresa Verdes Mares. Só que o problema é o preço da passagem, que é intermunicipal. E os moradores no dia a dia não têm condições de pagar para ir trabalhar ou para voltar para casa.

Sabe aquele negócio que está todo mundo querendo? Os habitantes de Araquari querem, o prefeito quer, os vereadores de Araquari querem, os vereadores de Joinville querem, os moradores de Joinville querem. Todos querem, mas não acontece.

Ontem teve a reunião em que eu e o deputado Darci de Matos estivemos presentes, porque fomos convocados e saímos extremamente frustrados com a fala do prefeito de Araquari, que relatou o seguinte "Eu falei com o prefeito Carlito, que combinou para assinar a autorização para que pudéssemos fazer esse transporte integrado entre um município e outro. Foi marcada a data, e no dia em que eu levei todo mundo para assinar esse contrato o prefeito Carlito não apareceu para assinar e disse que recebeu um ofício do Ministério Público que o proíbe de assinar".

Continua o prefeito de Araquari, ontem na reunião da comissão de Transportes da Câmara de Vereadores de Joinville: "Eu falei com o Ministério Público, e os promotores não sabem que documento é esse que o prefeito Carlito alega ter.

Portanto, continua o prefeito, se o transporte integrado entre Joinville e Araquari não acontece hoje é porque o prefeito de Joinville, Carlito Merss, não quer."

Essas foram as palavras do prefeito de Araquari, e eu fiquei surpreso.

O deputado Darci de Matos, na reunião, disse que essa história do transporte entre Araquari e Joinville estava igual à reforma fiscal. Todo mundo quer, todo mundo fala, mas ela não acontece, e não se sabe por que não acontece.

Ontem, descobrimos por que o transporte entre Araquari e Joinville não acontece. É porque o prefeito de Joinville não quer.

Estão a serviço de quem? Qual é o motivo de o prefeito de Joinville, Carlito Merss, não querer que os ônibus da Gidion passem para levar os cidadãos que às vezes moram ou trabalham em Joinville até Araquari? Qual o motivo? Diga-me um que justifique essa ignorância de não querer que o município possa assinar um acordo para que os ônibus possam entrar e sair sem ser intermunicipal.

O Deter quer, já autorizou, deputado Daniel Tozzo. O governo do estado quer, a prefeitura de Araquari quer, o povo de Araquari e de Joinville quer, os vereadores querem, só o prefeito de Joinville não quer.

É claro que não vou aqui querer acreditar no que disseram lá, que ele estaria cumprindo uma determinação da Gidion, que não tem interesse em fazer esse intercâmbio, porque sai perdendo.

Não posso afirmar isso, se é ou se não é. Mas tudo tem um histórico, presidente! E o histórico da minha relação com o prefeito, quando eu o apoiei, foi exatamente com relação à questão do transporte. E defendi sempre o subsídio do transporte público em Joinville, para pagar a gratuidade. E hoje são R\$ 0,35 de cada passagem.

É fácil fazer continência com o chapéu alheio. E vou dizer que todo mundo que tem bigode não paga passagem. Está certo, não paga! Mas quem é que vai pagar?

Hoje, com relação à gratuidade existente, quem paga é o usuário. Isso é sacanagem! Eu não estou falando aqui do direito de quem tem! Os acima de 65 anos, todos, têm esse direito. Mas quem é que vai pagar?

Defendo que quem pague isso seja o município. Isso é custo social. E eu me lembro de um dia que o prefeito Carlito Merss, antes de eu vir para a Assembleia, era uma terça-feira, chamou-me para tomar um café. E o café, deputado Sargento Amauri Soares, era para me perguntar por que eu não atendia aos donos das empresas de transporte em Joinville? Ele me perguntou. O Carlito me perguntou: "Por que tu não atendes, Kennedy?"

Eu respondi que não atendia, porque não tinha nada a ver com eles. Então, ele me disse: "Mas eu quero que atendas". E respondi que não iria atender. Então, o Carlito, ao sair da padaria onde estávamos tomando um café e entrar no carro, disse que iria dar o número do meu telefone celular para os caras me ligarem. Falei que ele não desse, porque eu não iria atender. Mas cinco minutos depois eles me ligaram.

Esse histórico de proximidade, esse histórico de aumentar a passagem acima da inflação, esse histórico de não querer subsidiar a gratuidade, esse histórico de me chamar para um café e perguntar por que eu não atendia aos donos da Gidion e da Transtusa, esse histórico de dizer que iria dar o meu número - e cinco minutos depois o meu telefone tocou e era um dos donos -, enfim, esse histórico me faz pensar que o fato de o prefeito Carlito, de Joinville, não querer autorizar o transporte integrado entre Joinville e Araquari pode, sim, ser um pedido das empresas que, é obvio, não vão querer que o cidadão pague a passagem comum, que é cara uma barbaridade, mas vão querer que o cidadão pague a passagem intermunicipal, que é muito mais cara.

Aí nesse jogo entre o mar e a pedra, os mariscos estão sofrendo. Nós temos hoje centenas e centenas de pessoas que descem do ônibus e caminham, deputado Sargento Amauri Soares, mais de dois quilômetros, até chegar a sua casa, porque o

ônibus para no meio da estrada, na divisa do município.

No ano de 2012, o maior município do estado de Santa Catarina com problemas com o município de Araquari, no transporte público, porque o prefeito Carlito Merss não quer que seja feita a integração.

Irei conversar com o presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa para trazer esse assunto para cá, já que envolve duas cidades, deputado Sargento Soares. Sabemos a posição do Deter que já autorizou. Somente falta o prefeito de Joinville assinar para que isso aconteça de uma hora para outra. E o que acontece? Nada.

Ontem estive na comissão e quero parabenizar aqui, deputado Neodi Saretta, um parlamentar do partido do prefeito de lá, o vereador Adilson Mariano, do Partido dos Trabalhadores, que estava na comissão. E parte disso que estou dizendo aqui ele falou lá.

Parabéns ao vereador Adilson Mariano que, mesmo sendo do partido do prefeito, não consegue engolir essa atitude ignorante dele em persistir deixando a comunidade andando a pé por ordem de terceiros ou por birra.

Fica o meu protesto, sr. presidente.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado deputado Kennedy Nunes.

Fim do horário destinado aos partidos políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou despacho saneador ao Projeto de Lei n. 0081/2012, de autoria do deputado Altair Guidi.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s 0047/2012; 0070/2012; 0076/2012; 0094/2012; 0105/2012; 0106/2012; 0108/2012; 0114/2012; 0116/2012; 0118/2012 e 0137/2012, todos

de entidades sociais encaminhando documentação para manutenção de título.

Esta Presidência também comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s. 0307/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0308/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0309/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0310 e 0311/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0312/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider e 0313/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, conforme determina o art.206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica que defere de plano os seguintes Requerimentos n.s. 0615/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0616/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0618/2012, de autoria do deputado Ciro Roza; 0619, 0620, 0621, 0622 e 0623/2012 de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0624, 0625, 0626, 0627 e 0628/2012, de autoria do deputado Reno Caramori e 0629/2012 de autoria do deputado Valter Gallina.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o seguinte Requerimento n. 0617/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que solicita à diretoria da Oi Brasil Telecom, em Santa Catarina, a ampliação da rede de telefonia fixa e de internet, no bairro Gaspar Alto, município de Gaspar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e Rádio Digital e quem nos acompanha nesta

manhã de terça-feira neste plenário, quero debater e falar de um assunto de interesse da sociedade catarinense e brasileira em geral, que foi a realização, na segunda-feira da semana passada, na Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, da primeira reunião de constituição do Fórum Legislativo de Segurança Pública.

O evento, como o nome indica, o procedimento, foi realizado no estado de Minas Gerais por iniciativa da Assembleia Legislativa daquele estado ou mais precisamente da comissão de Segurança Pública do estado de Minas Gerais, onde reunimos mais de uma dezena de deputados estaduais de diversos estados da federação. A maioria desses deputados são servidores da segurança pública nos estados. Temos praças, a maioria, mas também oficiais da Polícia e dos Bombeiros e delegados da Polícia Civil.

Vou ler esta Carta de Belo Horizonte que traz estes elementos que interessam ao conjunto da sociedade catarinense também.

(Passa a ler.)

“Carta de Belo Horizonte

FÓRUM LEGISLATIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA

[...] A Segurança Pública: um dos maiores desafios do Estado brasileiro!

A elevação das taxas de criminalidade, o incremento do consumo de drogas, o aumento das ondas de violência, a multiplicação do número de jovens em conflito com a lei são dados que se materializam em sensação de insegurança e de temor a afligir cidadãos em todo o País, em especial nos maiores centros urbanos.

Vinte e seis Estados brasileiros, um Distrito Federal, 5.565 Municípios e 10.283 Distritos aguardam medidas mais eficazes, que viabilizem a implementação plena das disposições constitucionais sobre o direito de viver em segurança.

Diante da magnitude do problema e considerando que a Segurança Pública configura questão diretamente afeta aos Estados da Federação, as Assembleias Legislativas decidiram unir esforços na construção de um espaço de discussão,

compartilhamento de experiências, de apresentação e encaminhamento de propostas de cunho coletivo.

Por iniciativa de sua Comissão de Segurança Pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais lançou as bases - imediatamente acolhidas pelos demais Legislativos estaduais e pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - para implantação do Fórum Legislativo de Segurança Pública.

Complexidade e aspectos multifacetários envolvem a questão da Segurança Pública, razão pela qual a concepção do Fórum aponta para a qualificação do debate, para a edificação de novos paradigmas, para a efetivação de ações arrojadas, muitas das quais deverão ser desdobradas em atividades conjuntas ou associadas entre os entes federativos, algumas delas já vislumbradas de imediato, como:

- compartilhamento de bancos de dados e das redes de comunicação;
- guarda de condenados por crimes federais;
- incremento do sistema de defesa dos mais de 17 mil quilômetros de fronteira;
- fim da operação fragmentada das Polícias Federal, Civil, Militar, Rodoviária e Bombeiros.

O Fórum pretende, também, consubstanciar-se como instrumento coletivo de ação junto ao Congresso Nacional, para que possam ser promovidas as mudanças necessárias na legislação federal atinente ao assunto, como a simplificação de procedimentos dos Códigos de Processo Civil e de Processo Penal.

O Fórum Legislativo de Segurança Pública - fortalecido pela indispensável participação de agentes públicos dos três Poderes de todos os Estados brasileiros, de especialistas e técnicos, da sociedade civil organizada, dos cidadãos em geral - visa, portanto, efetivar junto à população brasileira a garantia do exercício da cidadania plena.

Belo Horizonte, 25 de junho de 2012.

Deputado João Leite

Presidente da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Demais Assembleias.”[sic]

Foi criado o Fórum Parlamentar de Segurança Pública, com a representação de cada uma das assembleias presentes, e este deputado foi representando a comissão de Segurança Pública desta Casa e passa a integrar essa diretoria provisória para fazer esse debate representando os três estados do sul, na vice-presidência da região sul, com a tarefa evidentemente de fazer esse debate nesta Casa, mas também de buscar o envolvimento e a participação da Assembleia do Paraná e do Rio grande do Sul.

Para situar politicamente essa questão, é fato que nós, policiais civis e militares de todos os níveis, postos e graduações, temos representação política na maioria das Assembleias Legislativas dos estados brasileiros. O que não temos, pelo menos os militares estaduais, é nenhum deputado federal. Talvez por se tratar de instituições estaduais, esses trabalhadores da sociedade priorizem a eleição de deputado estadual, ficando um vazio com relação ao debate com Congresso Nacional.

Nesse sentido o fórum assume a importância de reunir esses profissionais que hoje desempenham o papel, o cargo de deputado estadual nos mais diversos estados da federação, para que esse debate possa efetivamente chegar ao Congresso Nacional, porque, diga-se de passagem, não estamos representados no Congresso Nacional, não temos uma representação própria. É comum também avaliarmos que o Congresso Nacional não tem tratado com o nível de conhecimento, integração e talvez de comprometimento com a questão da segurança pública nos estados.

Então, fortalecer esse debate no Congresso Nacional, encaminhar as instituições federais do governo federal especificamente ao Ministério da Justiça e à Secretaria Nacional de Segurança Pública e o debate acerca dos problemas de segurança no estado são as tarefas do Fórum Parlamentar de Segurança Pública.

As medidas imediatas já apontadas aqui, como o compartilhamento de bancos de dados e das redes de

comunicação, agilizariam, e já debatemos na comissão de Segurança desta Assembleia, tentando envolver os estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, quanto à segurança nas rodovias que cortam o estado de Santa Catarina.

Também já debatemos o fato de que a maioria dos entorpecentes que entram neste estado, destruindo a sociedade e comprometendo a juventude e a adolescência no uso de drogas e a partir disso na participação de crimes...

Há necessidade de debater com o governo federal o fato de que o combate ao tráfico de entorpecentes é uma obrigação das instituições federais, no caso a Polícia Federal, mas todos os presos condenados por tráfico de drogas estão presos nos estados e os gastos, os custos estão sob a responsabilidade dos governos estaduais, então é possível se debater que seria atribuição financeira do governo federal.

Há necessidade de incrementar o sistema de defesa nos mais de 17 mil quilômetros de fronteira.

Nós temos uma fragilidade gigantesca nas fronteiras do Brasil, são 17 mil quilômetros de fronteiras secas ou costeadas por pequenos rios. O ingresso, a entrada de entorpecentes em grande volume nos nossos territórios estaduais seria também responsabilidade de fiscalização de instituições federais, que acaba comprometendo a segurança pública no conjunto da sociedade. E o fim da fragmentação entre as Polícias Federal, Civil e Rodoviária...

Então, devemos realizar esse debate nas Assembléias Legislativas estaduais, onde há a presença de diversos policiais e bombeiros das instituições estaduais.

Realizar esses debates, encaminhar essas demandas e essa discussão junto aos organismos federais, o poder Executivo Federal, o Congresso Nacional, a Comissão de Segurança da Câmara, do Senado é o principal objetivo desse fórum, e nós ainda iremos falar mais a respeito deste assunto aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado
Serafim Venzon.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon,
com a palavra o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Com a desistência do deputado Valmor Comin e
não havendo mais oradores inscritos, livre a
palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais deputados que queiram fazer
uso da palavra, esta Presidência encerra a
presente sessão convocando outra, ordinária, para
hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia:
matérias em condições regimentais de serem
apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.